

## EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

### LUTAS COLETIVAS E A OFENSIVA CAPITALISTA: uma análise através dos movimentos de moradia

### COLLECTIVE STRUGGLES AND THE CAPITALIST OFFENSIVE: an analysis through housing movements

Kathleen Pimentel dos Santos<sup>1</sup>

#### RESUMO

O objetivo desse artigo é discutir a tentativa de desmobilização das lutas coletivas como estratégia capitalista de manutenção das condições de lucratividade do capital. Explicita que na sua fase imperialista, essencialmente nas últimas décadas do século XX, o capitalismo intensifica o processo de mercantilização das cidades brasileiras, encontrando na especulação imobiliária e na intensa criminalização das resistências populares os mecanismos de ataques as forças coletivas. Em seus resultados verificam-se que a questão da moradia evidencia a agudização do tensionamento entre a requisição dos trabalhadores ao direito à moradia e o confronto aos interesses do capital, culminando no ataque às suas formas de organização e mobilização.

**Palavras-chave:** Lutas sociais; Moradia; Neoliberalismo.

#### ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the attempt to demobilize collective struggles as a capitalist strategy to maintain the conditions of profitability of capital. It explains that in its imperialist phase, essentially in the last decades of the twentieth century, capitalism intensifies the process of commodification of Brazilian cities, finding in real estate speculation and in the intense criminalization of popular resistance the mechanisms of attacks on collective forces. In its results, it can be seen that the issue of housing evidences the sharpening of the tension between the workers' request for the right to housing and the confrontation with the interests of capital, culminating in the attack on its forms of organization and mobilization.

**Keywords:** Social Struggles; Residence; Neoliberalism.

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista CAPES. E-mail: pimentelk18@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Condensada no espaço urbano, a emergência de novos conflitos sociais e processos de lutas e resistências em torno da problemática urbana vem ocorrendo nas periferias e circunscrevem a ausência e/ou precarização das moradias. Nota-se, especialmente a partir nos últimos anos do século XX, a agudização do tensionamento entre a requisição dos trabalhadores ao direito à moradia e o confronto aos interesses do capital, expressos na mercantilização das cidades, na especulação imobiliária e na intensa criminalização das resistências populares.

De acordo com Guimarães e Marques (2019, p. 29, grifos do autor), “a dinâmica de produção e reprodução do espaço não pode ser pensada excetuada de sua intrínseca relação com os processos de acumulação capitalista, exploração da força de trabalho e a resistência engendrada pelos *de baixo*”. As contradições reais da classe trabalhadora passaram a compor a plataforma de mudanças e as bandeiras de lutas dos movimentos sociais classistas, e no caso dos movimentos de luta por moradia, a força motriz frente aos mecanismos capitalistas de acumulação e exploração.

Elementos novos devem ser incluídos para análise do cenário que compõe o processo de luta por moradia, decorrentes da reconfiguração capitalista após a crise de 1970. O interesse aqui recai, elementarmente, no processo de implantação do modelo político-econômico neoliberal sob dois pontos: primeiro, ainda que apresente particularidades entre países centrais e periféricos, instaura um novo padrão de acumulação capitalista que implica no aumento das desigualdades e na precarização e flexibilização das condições de trabalho, além de intensificar o processo de mercantilização das cidades como oportunidade de reversão da queda das taxas de lucros. Segundo, no plano ideológico, a difusão do discurso de legitimidade pautado na oposição das medidas de proteção social e das experiências socialistas, convertendo-se no ataque às lutas sociais.

Diante disso, encontra-se como problemática desse trabalho verificar o processo de desmobilização das lutas coletivas como estratégia contemporânea capitalista de manutenção da lucratividade do capital. Norteada pelo materialismo histórico-dialético, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, de abordagem qualitativa, cujas fontes são de natureza bibliográfica, para apreender o avanço neoliberal na questão da cidade e da moradia, e documental. Nessa direção, visa acompanhar como tem se efetivado as estratégias e

mecanismos de desmobilização social operado pelo Estado em nome da manutenção capitalista.

## **2 CRISE CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO E A QUESTÃO DA MORADIA**

No capitalismo está intrínseco à sua dinâmica a busca incessante por lucros, apresentando em cada uma de suas etapas particularidades que envolvem as exigências do mercado/capital junto ao Estado para fornecer condições diretas cada vez maiores na obtenção destes lucros. Os desdobramentos encontrados no desenvolvimento desse modo de produção, por uma análise mandeliana, significam parte da sua contradição, imprimindo movimentos de rupturas e continuidades, em momentos – não linearmente – de expansão e estagnação, em que as crises possuem centralidade nesses processos. Daí decorre, para não sucumbir a sua contradição e garantir a sua autorreprodução, a necessidade de transformar-se, modificando suas bases materiais e ideológicas, sem alterações no sentido de garantias da ordem dominante.

Essa necessidade de transformação levou a sociedade capitalista, nas últimas três décadas do século XX, a mudanças significativas, em decorrência da crise que irrompe a década de 1970. É nessa década que o capital monopolista internacional enfrenta uma recessão generalizada, com o início de um período de ondas longas recessivas e se vê coagido a encontrar alternativas para a superação da crise através de uma série de reajustes e reconversões (Netto, 1996).

Nesse momento, pela própria dinâmica capitalista monopolista, o capitalismo global experimentou o problema da sobreacumulação, como denomina Harvey (2013), assentando-se em crises que remete a tendência desse modo de produção de gerar excedente de capital e de força de trabalho, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente. Essas crises, portanto, explicitam-se na perda de viabilidade de investimentos lucrativos como problema fundamental decorrente do excedente de capital (Harvey, 2013).

A fim de retomar os lucros, o capital adota estratégias para alcançar a saída da crise, visando escapar das baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. A resposta da burguesia é operada pela reestruturação produtiva, com a mundialização financeira e a disseminação do neoliberalismo. Nesse processo, como via de restauração capitalista, há o desmonte dos mecanismos de base keynesiana e a implementação da racionalidade neoliberal,

o que, segundo Antunes, (1995), implica numa série de mudanças no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política.

No Brasil, na entrada da década de 1990, relacionado ao movimento da acumulação flexível e das políticas neoliberais, se tem uma precarização do trabalho, com o crescimento do trabalho informal, temporário e das formas de subcontratação, além da redução e/ou eliminação das garantias trabalhistas. Com isso, ocorre um aumento da exploração da força de trabalho, além de um crescimento exponencial do desemprego. No âmbito do Estado, diminui sua ação reguladora na economia, fomenta a privatização dos serviços públicos, ao mesmo tempo que reduz os gastos sociais e provoca um desmonte dos direitos sociais e das políticas de seguridade social (Duriguetto, 2014). Isso indica que a adoção do receituário neoliberal onera fortemente a classe trabalhadora brasileira, exponenciando as refrações da questão social.

A agenda neoliberal implementada na realidade do país e o avanço de suas políticas passam a influenciar na configuração do espaço citadino, confluindo no acirramento da questão urbana e das demandas de moradia. De acordo com Alves (2019), isso ocorre tanto com a redução orçamentária de gastos sociais pelo Estado e a privatização dos serviços públicos, quanto com alterações na concepção de cidade, direcionando sua organização espacial, como forma de encontrar fontes de investimentos ao setor produtivo, oportunizando a reprodução e acumulação de capital financeiro com empreendimentos urbanos.

As questões que circunscrevem a moradia, correspondente a sua inserção no jogo das mercadorias, pode ser acompanhada, não exclusivamente, mas visivelmente no processo de especulação imobiliária e nos programas habitacionais, sendo tradução direta da financeirização do capital no setor imobiliário. Isso revela, não estranhamente, a presença estatal como perspicua para manutenção da lucratividade capitalista, engendrada nesse quadro histórico, como necessária e obediente ao fator anti-crise.

Um dos pontos possíveis de se verificar isso é através da entrada dos mecanismos internacionais, em conjunto com outros agentes internos, no campo da produção de habitação, iniciada nos anos 2000, conformando-se em via de aquecimento econômico. Os financiamentos internacionais, através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e de federais como a

Caixa Econômica Federal (CAIXA), encorajou o mercado privado na adesão da construção de empreendimentos habitacionais de interesse social.

Um dos principais programas habitacionais efetivado sob essa lógica é o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que embora propunha solucionar a falta de moradia das famílias de baixa renda (BRASIL, 2009), segmento que compõe a maior parte do *déficit* habitacional do país, ao programa prevaleceu ações estratégicas de combater os efeitos da retração econômica causada pela crise internacional de 2008, objetivando impulsionar a atividade econômica, principalmente no setor da construção civil e infraestrutura (Romagnoli, 2012).

Essa realidade é verificada no reduzido número de empreendimentos e unidades habitacionais distantes da faixa de interesse social em detrimento de empreendimentos tidos como mais lucrativos. Converte, portanto, que o PMCMV, assim como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e as demais políticas do setor de produção de moradia, “tem sido utilizado como pretexto para a criação de novos instrumentos de crédito, mais vocacionado à acumulação financeira de capital que à universalização do direito à moradia” (Royer, 2009, p. 21).

O quadro quantitativo do PMCMV permite compreender suas tendências orientadas pelo avanço neoliberal em seu caráter de financeirização, repetindo padrões de segregação socioespacial, com produção habitacional que despreza as condições de habitualidade. Favorece, portanto, o mercado privado imobiliário, distanciando dos grandes centros a faixa de baixa renda, para demarcar a lucratividade do capital.

A configuração das cidades, em sua dimensão de organização espacial, e a questão da moradia, sob a lógica da programática neoliberal e da financeirização, presentes no PMCMV segue o receituário da injeção de subsídios para valorização imobiliária pela forma subsídios estatais por ações diretas e indiretas, processo já sinalizado por França (2014). O seu formato indireto ocorre quando os investimentos governamentais produzem no espaço urbano melhorias que ocasionam um aumento no valor dos imóveis daquela região, com projetos que requalifiquem áreas estratégicas para o capital, e sua forma direta em priorizar os empreendimentos nas faixas 2 e 3 do programa, compostas pela parcela da classe trabalhadora com rendimento capaz de pagar por financiamentos de créditos acrescidos de juros (França, 2014).

Torna-se evidente que a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida, e dos demais programas que seguem essa lógica, conforma a intensificação dos processos de segregação e exclusão da classe trabalhadora empobrecida, efetivando a especulação imobiliária. Em linha gerais, significa a forma “[...] pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos” (Campos Filho, 2001, p. 48), agregando mais valor às propriedades, que posteriormente, podem ser vendidas ou alugadas por um valor mais elevado, se apropriando, assim, dos lucros gerados pelos investimentos públicos.

Podemos aclarar esse processo na relação entre a disparidade entre o quantitativo de imóveis vagos e o total do déficit imobiliária. De acordo com a Agência Brasil (2023) ao analisar os dados do IBGE de 2022, pontua que quando o número de imóveis vagos ou vazios é o dobro do déficit habitacional no Brasil, com a disparidade de 11 milhões de casas ou apartamentos vagos, enquanto a demanda por moradia marca um total de 3.035.739.

Acompanhar as ações estatais no setor habitacional através de um dos programas amplamente conhecido, possibilita dimensionar como o receituário neoliberal direciona a configuração das cidades e regula a demanda por moradia a favor da manutenção da lucratividade capitalista. O avanço do capital imobiliário sobre o espaço citadino em resposta à crise capitalista acentua as expressões da questão social onerando fortemente a classe trabalhadora que demanda por moradia, negando-lhe esse direito e criminalizando sua organização coletiva. O ataque às lutas e movimentos sociais na égide do neoliberalismo encontra novos mecanismos de desmobilização nos últimos anos, cabendo aproximações a esse debate.

### **3 O ATAQUE ÀS LUTAS SOCIAIS URBANAS COMO RESPOSTA À CRISE DO CAPITAL**

Encontra-se intrínseco a dinâmica capitalista o constrangimento e a criminalização das lutas sociais das forças populares, resguardado pelas relações de dominação e opressão da classe dominante sobre a classe trabalhadora (Duriguetto, 2017). No contexto da ofensiva neoliberal, o capital busca novos instrumentos de desmobilização das lutas sociais coletivas, intensificando as ações de penalização de seus sujeitos; de deslegitimação de suas lutas e criminalização de suas ações. De modo inescrupuloso, o capital ataca as condições de vida e de organização política dessa classe.

Na programática neoliberal que adentra a realidade brasileira nos anos de 1990 constitui, no campo das lutas sociais, uma força de desmobilização dos ares de organização coletiva vista no período de redemocratização. Duriguetto (2014) destaca que, imbuídas a degradação das relações e condições de trabalho e do avanço das contrarreformas na esfera estatal, engendrando no campo das políticas uma lógica seletiva, focalista e privatizadora, apresenta-se uma conjuntura marcada pela regressividade das organizações e das lutas da classe trabalhadora.

O avanço do neoliberalismo também acompanhou as massas populares com o discurso de legitimidade contrária as experiências do socialismo real, empenhando-se em interromper os pressupostos políticos de projetos societários de inclinação não capitalista. Isso ocorre com a marginalização das pautas e lutas dos movimentos organizados que se opõem a lógica de desenvolvimento capitalista, apoiando-se no discurso que “[...] denunciava a inoperância da intervenção estatal, bem como o caráter ‘utópico’ e ‘ideológico’ dos projetos de construção de uma sociedade não capitalista” (Amorim; Arias, 2009, p. 233, grifos do autor).

Isso indica o esforço do capital em obnubilar os processos contraditórios, aclarados quando observamos a produção de riqueza socialmente produzida e sua apropriação privada. Reforça Viana (2018), que a ideia de criminalizar as lutas sociais coletivas, amparada no poder coercitivo do Estado, com a deslegitimação das ações reprimidas e a incriminação daqueles que as fazem, são formas de garantir que as ações de repressão não provoquem um efeito contrário na sociedade, comprometendo os interesses da classe capitalista.

No caso dos movimentos de moradia, suas ações são constantemente alvo de criminalização, pois suas lutas entram em conflito direto com o Estado e com os interesses da burguesia, a partir do confronto a propriedade privada. Tomando como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), organizado nacionalmente, as ações repressivas acompanham-no desde as suas primeiras experiências na cidade de São Paulo, com a sequência de despejos, violência e criminalização que se sucederam nas ocupações Carlos Lamarca, Santo Dias e Rosa Luxemburgo, que acabou com o assassinato de quatro líderes (Goulart, 2011).

As ações de violência e repressão não estão restritas as grandes metrópoles, atingindo também os estados menores. Em Sergipe, no ano de 2018, o MTST sofreu uma reintegração de posse violenta de um terreno localizado no Bairro Coroa do Meio em Aracaju, em que uma jovem grávida foi atingida por disparo na Guarda Municipal (G1, 2018). Posteriormente, o

movimento sofre novamente com ação truculenta quando em operação da Polícia Militar, em 2022, um jovem de 21 anos é morto a tiros (Brasil 247, 2022). Essas ações indicam que na luta por moradia, perpetua-se a “vocação secular do Estado brasileiro para tratar a questão social como ‘caso de polícia’” (Brito, 2013, p. 99, grifos do autor).

Diferentemente do caráter repressivo apresentado aos movimentos de moradia, que trata as ocupa es no âmbito da ilegalidade, as a es governamentais não atribuem força ou interrompem apropria es de terras em caráter de ilegalidade de grandes empresários. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada na Câmara de Vereadores de São Paulo, fez um levantamento inédito de apropria es de terras com irregularidades, dando conta de que grandes empresas invadiram áreas públicas. Segundo o Laboratório de Inova o do Rio de Janeiro, em parceria com a Casa Pública, na ocasião os vereadores de São Paulo estimaram que a prefeitura havia acumulado um prejuízo de R\$600 milhões pelo uso irregular de terras públicas por grandes empresas e clubes que pagavam pouco ou nada pelo uso dos terrenos.

Uma série de a es nos últimos anos vem cada vez mais intensificando a “criminaliza o da pobreza, na judicializa o do protesto social, na repressão política aberta e na militariza o” (Longo; Korol, 2008, p. 46) contra os movimentos sociais e populares, sendo muito presente nos movimentos de moradia. Dentre os muitos esforços de conten o das resistências populares, e que representam o que Duriguetto (2017) denomina de penaliza o e criminaliza o das classes sociais e de seus movimentos sociais, está em levar os conflitos as instâncias jurídicas.

Traduz esse processo o Projeto de Lei Antiterrorismo (PL n  2.016/2015) que direciona a atua o do Estado para os movimentos sociais ao utilizar uma defini o indeterminada de terrorismo, em que criminaliza os atos que exponham ao perigo a pessoa, o patrim nio, a paz pública e a integridade pública. Além da ideia de Lei que propunha criminalizar, sob o enquadramento de terrorismo, as a es de ocupa o do MST e MTST, classificando-as como invasões de propriedade privada e atos de destrui o de bens. A referida Sugestão recebeu mais de 20.000 votos de apoio em vota o popular, mas foi rejeitada na vota o do Senado Federal, que decidiu pelo seu arquivamento (Nogueira, 2019).

Para Sauer (2008 *apud* Duriguetto, 2017, p. 112), esse tipo de a o   caracterizado como “mecanismos mais sofisticados de repressão das demandas sociais”. Essa estratégia ganha força na opinião pública por propagar – através de veículos midiáticos com financiamento do capital – a ideia do outro como inimigo e perigoso. Por isso recorrem a estratégia de associa o da



pobreza à criminalidade como parte das medidas punitivas e repressivas estatais, conjugando-os suas reivindicações como ilegais e seus sujeitos como criminosos (Sauer, 2008 Apud Duriguetto, 2017). Trata-se, portanto, de reverter as conquistas sociais e, ao mesmo tempo, de “ocultar a lógica conflituosa das lutas de classe” e uma forma de “administração das desigualdades e, também, das resistências organizadas pelos trabalhadores” (Duriguetto, 2017, p. 108).

Esse quadro ganha um agravamento, como parte dos elementos engendrados aos movimentos de desmobilização das lutas e movimentos sociais, assim como ocorreu no movimento sindical, através do processo de cooptação. Pereira (2014) e Duriguetto (2014), sinalizam que especialmente no governo Lula dirigentes do movimento sindical e social passam a ocupar cargos na gestão e acabam se tornando representantes dos interesses do governo, culminando em uma retração da combatividade das lutas sociais.

Essa cooptação, através da representação institucionalizada, comprometeu a autonomia dos movimentos sociais. Durante esse governo está firmado em uma governabilidade de pactuações, em que ceder a uma proposição tida com social, era justificável para traçar condições que assegurassem estabilidade ao capital especulativo e empresarial. As bases desse projeto societário, denominado de “democrático-popular”, apresentou para os movimentos sociais um novo cenário de “[...] de paulatina incorporação de uma lógica das ‘reformas possíveis’, respaldadas no discurso de que ‘ocupavam o Estado, mas não possuíam o poder’” (Pereira, 2014, p. 127).

Isso faz com que a luta por moradia comece a ter uma representatividade popular, como nos fóruns do Ministério da Cidade, mas que os diálogos com os militantes não ultrapassem alguns limites, por exemplo, efetivamente não avançava em questões orçamentárias. A implicação direta desse processo de cooptação, em que as lideranças foram absorvidas para cargos no governo, foi o comprometimento da autonomia dos movimentos e/ou até mesmo na mudança do caráter revolucionário/transformador dos movimentos da classe trabalhadora.

Assim, pode-se afirmar que o capital ataca os movimentos de moradia, e os demais movimentos sociais vias: a primeira, quando secundarizam a demanda por moradia, aplicando cortes nos recursos destinados para as políticas públicas, em especial a habitacional, e a segunda, na criminalização e penalização das suas ações e seus sujeitos. Com a programática neoliberal, intensificada nos últimos anos, há um agravamento dos retrocessos democráticos, culminando em novas estratégias de ataques às lutas e as forças sociais populares.

### 3 CONCLUSÃO

O avanço do neoliberalismo empreendido como um dos pilares da restauração capitalista pós crise de 1970 onerou fortemente a classe trabalhadora condenando suas condições de vida e de organização. Entre a série de reajustes e reconversões, a programática neoliberal intensifica o processo de mercantilização do espaço urbano, levando a cabo os determinantes da financeirização do capital, comprometendo o acesso à moradia.

A especulação imobiliária é uma das feições mais visíveis em uso pelo capital de manutenção dos lucros, em que pese, sua apropriação dos investimentos públicos em infraestrutura para valorização de áreas privilegiadas, explicitamente não direcionadas aos/as trabalhadoras empobrecidos/as. Soma-se a essa estratégia, o encaminhamento dos principais programas habitacionais para finalidade de reaver os lucros capitalista.

Com o fortalecimento do ultraneoliberalismo, esse cenário se aprofunda e se soma a um projeto reacionarista conservador que promove ataques às forças sociais populares, incidindo sobre os movimentos de moradia. Esse processo apresenta elementos novos ao cenário de luta, incluindo processos de judicialização, cooptação e penalização. Compreender os determinantes que cercam e estruturam a vida urbana contribui para o conhecimento da realidade social do sujeito político denominado "sem-teto" ao tempo que contribui para fortalecer as formas de resistência contra o ataque do capital.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Carina de Santana. **A formação Sócio-histórica brasileira e a questão urbana**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 7., 14., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar; ARIAS, Santiane. Neoliberalismo e Lutas Sociais: a emergência dos movimentos piqueteros e altermundialistas no contexto neoliberal. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 231–251, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**. São Paulo: Cortez, 1985.

BRASIL 247. **Membro de MTST é morto durante operação policial**. 16 mar. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.pucrs.br/noticias/atualizacao-da-norma-de-citacoes-da-abnt-nbr-10520-julho-2023/>. Acesso em 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm). Acesso em 15 jul 2023.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus reflexos no espaço em Aracaju-SE, Brasil: Dispersão Urbana e Periferização da Moradia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPARQ, 2014.

G1. **Mulher é ferida com tiro no peito em Ocupação no bairro Coroa do Meio**. Aracaju, 11 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/mulher-gravida-e-ferida-com-tiro-no-peito-em-ocupacao-do-bairro-coroa-do-meio.ghtml>. Acesso em 18 jul. 2023

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; MARQUES, Morena Gomes. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma análise das publicações sobre o tema. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 19, n. 38, p. 24-36, jul./dez. 2019.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

NOGUEIRA, Ariane Martins. **Contradições entre o campo e a cidade no Triângulo Mineiro: uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos. In: ABRAMIDES, Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ROMAGNOLI, Alexandre José. **O Programa Minha Casa, Minha Vida na política habitacional brasileira: continuidades, inovações e retrocessos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIANA, Nildo. **A criminalização dos movimentos sociais**. Revista Espaço Acadêmico, n. 202, mar. 2018.